



“31 DE MARÇO”: um núcleo habitacional como enunciado e elemento da cultura histórica¹

Thiago Augusto Divardim de Oliveira
Doutorando PPGE-UFPR
IFPR
thiagodivardim@yahoo.com.br

Ben Hur Demeneck
Doutorando em Ciências da Comunicação
USP

RESUMO

Este trabalho propõe a compreensão de logradouros públicos como enunciados e elementos da cultura histórica a partir de leitura inter-relacionada entre as filosofias da História e da Linguagem, e análises de narrativa/enunciados sobre a nomeação do núcleo habitacional “31 de Março” em 1967, na cidade de Ponta Grossa-PR. Para isso, são propostos possíveis pontos de convergência entre a filosofia da linguagem na perspectiva do círculo de Bakhtin (2003) e a filosofia da História discutida por Jörn Rüsen (1994). A aproximação teórica se detém nos conceitos: narrativa, da filosofia da História; e enunciado, da filosofia da linguagem. Do ponto de vista epistemológico essas aproximações são possíveis porque no círculo de Bakhtin (1995) o fenômeno da consciência é percebido de maneira sócio-ideológica, e em Rüsen (2001) como uma formação inerente ao ser humano, portanto que ocorre socialmente. A matriz dessas duas referências encontra-se na compreensão de Marx e Engels sobre a produção da consciência, de que os homens fazem as relações e as relações fazem os homens. As aproximações filosóficas permitiram apreensões heurísticas e análises de fontes sobre a nomeação de um logradouro realizada no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985), na cidade de Ponta Grossa-PR, utilizando textos de jornais como enunciados que conferem sentido e significado ao contexto ditatorial. O legado do regime de exceção transparece em narrativas/enunciados 43 anos depois, quando um movimento autointitulado “31 pelo 15” propôs publicamente a mudança do nome do logradouro “31 de Março”, entendido como homenagem a ditadura, pelo nome “15 de Março” data da redemocratização. As ações propositivas de tal mudança evocaram enunciados responsivos e responsáveis em relação às formas de atribuição de sentido ao período ditatorial em questão. Por fim, o trabalho tece comentários sobre a dialogicidade entre cultura histórica e consciência histórica, pensada a partir dos artigos de opinião analisados, para então encerrar com considerações a respeito da importância do debate sobre a ditadura como elemento de construção da democracia.

Palavras-chave: enunciados; narrativas, cultura histórica; dialogicidade; consciência histórica

INTRODUÇÃO

¹ O texto é uma síntese do trabalho final apresentado em 2013 ao “Seminário Especial de Leituras Bakhtinianas”, ministrada pelo Professor Doutor Gilberto Castro, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Para a adequação as exigências de formatação do presente texto ao 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia as aproximações teóricas entre a filosofia da História (RÜSEN) e a filosofia da linguagem a propósito do Círculo de Bakhtin foram reduzidas. Uma versão completa da discussão encontra-se no link <http://goo.gl/nSXs79>



De acordo com Bakhtin (2003), todas as esferas da vida humana estão sempre relacionadas à utilização da linguagem. É inerente ao ser humano o desenvolvimento de capacidades comunicativas, através da linguagem, para a vida em sociedade. As mídias, nesse sentido, estão envolvidas em papéis significativos nas inter-relações entre as esferas da vida humana que se dão na, pela e através da linguagem. É possível, então, relacionar o conceito de enunciado (BAKHTIN, 2003) e os referenciais da teoria da consciência histórica (RÜSEN, 2001) e ainda da cultura histórica (RÜSEN, 2014) em uma proposta que aproxima discussões entre a Filosofia da Linguagem e a Filosofia da História.

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2003 p. 279).

Para Rüsen, a consciência histórica se expressa por uma atividade intelectual de tornar presente o passado e se orientar em relação às expectativas de futuro que se efetivam por meio de narrativas. É na narrativa histórica (oral, escrita, pictórica ou suas combinações) que se encontra a materialidade da consciência histórica. Indico aqui uma convergência entre o pensamento de Rüsen (2001) e de Bakhtin (2003), pois, se os enunciados são a unidade real da comunicação verbal, expressam a concretude do sujeito de um discurso-fala, e os sujeitos só podem enunciar em sociedade, a narrativa expressa à concretude da consciência histórica como elemento inerente a vida em sociedade. Nessa aproximação é preciso levar em consideração a relação dialética ou dialógica entre consciências e cultura. Na filosofia da história de Rüsen, “A cultura é a quinta-essência das ações de formação de sentido que os seres humanos têm de levar a cabo para poderem sobreviver” (RÜSEN, 2014 p. 196). Cultura nesse caso é compreendida como parte constitutiva e constituinte do todo. É na dimensão da práxis vital humana denominada cultura que os seres humanos precisam se relacionar com o mundo e consigo mesmos para que a vida possa ser vivida.

Essa compreensão da forma como o passado está em sociedade, a exemplo da cultura histórica (RÜSEN, 2014) e sobre os aspectos em que a cultura pode ser aferida, torna possível uma



comparação com a ideia que Voloshinov (2006) defendeu sobre a concretização da palavra e dos enunciados. Para Voloshinov, “a concretização da palavra com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização” (2006, p. 105) é levada a cabo por sujeitos que mobilizam consciências. Tal entendimento das enunciações das consciências e a relação das consciências com a cultura possibilita a aproximação entre as duas filosofias, a da História e a da Linguagem.

Voloshinov apresenta que os sujeitos não “adquirem” consciência na sua língua materna, “é nela e por meio dela que ocorre o despertar da consciência” (2006, p. 110). No que se relaciona as estratégias memorização coletiva, no caso dos logradouros públicos, essa aproximação torna-se profícua ao levar em consideração enunciados e narrativas, consciências e culturas, no que Rüsen chama de *dialética de ser construído e construção* (RÜSEN, 2014 p 173). De acordo com Bakhtin “A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 2003 p. 282). Os nomes dos logradouros públicos estão relacionados à vida em sociedade, possuem circulação social e como toda comunicação expressam sentidos e significados ideológicos. A partir dessa compreensão é que proponho discutir aspectos da História do núcleo habitacional chamado “31 de Março”.

ENUNCIADOS EM JORNAIS REGIONAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA HOMENAGEM E AUTO-HOMENAGEM DO REGIME INSTALADO EM 1964

Em 27 de Março de 1965, um grupo de militantes da Força Armada de Libertação Nacional (FALN) foi cercado por militares na estrada entre Capanema e Cascavel. Houve resistência e Carlos Argemiro Camargo, terceiro sargento do Exército, foi baleado e faleceu. O autor dos disparos teria sido o ex-coronel Jefferson Cardim, chefe do grupo insurgente. Esta é a versão estampada em jornais da época. Quarenta anos depois, a organização Ternuma, defensora do “*movimento democrático de 31 de Março*”, daria a Sargento Camargo o primeiro lugar na lista de vítimas militares na “*mão de terroristas*”. A poucos dias de ser completado um ano de regime, nota oficial sobre a contenda no oeste paranaense lamenta a morte como a de alguém que “no



cumprimento do dever, morreu em ação, contra maus brasileiros que tentam subverter a ordem".

A imprensa regional não abria espaço para controvérsias em suas matérias de destaque.

Em 3 de Abril, o Jornal da Manhã estampou a manchete "*Gal. Carmo: 'Sarg. Camargo sobe ao Panteon da gratidão do Povo'*" [Camargo era ponta-grossense]. A missa de sétimo dia do militar reuniu na Catedral prefeito, vice-prefeito, vice-presidente da Câmara, um deputado, um general, juizes, promotores públicos, o comandante do 13º R.I e representações dos colégios e escolas católicas da cidade. No dia 8 de maio, o Executivo encaminhou um projeto de lei propondo a nomeação de rua homenageando o Sargento. Dois meses após sua morte, Argemiro de Camargo virou nome de rua².

Do nome da rua ao núcleo habitacional, chega-se ao órgão responsável pelas obras, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar / COHAB/PR), ligada ao projeto federal Sistema Financeiro de Habitação. Para se ter uma ideia das dimensões do projeto, em 1967, os outros quatro conjuntos entregues pela regional da Cohapar não totalizavam 500 casas. Apenas 31 unidades para "Operários do D.E.R", também em Ponta Grossa. Para Jaguariaíva eram 244 unidades (conjunto Presidente Kennedy), 83 para Piraí do Sul (conj. Cristo Redentor) e 80 para Sengés (conj. Paulo Pimentel)³.

² Na argumentação do projeto de lei, o texto dizia: "*está o heróico soldado pontagrossense sendo alvo das mais justas homenagens póstumas de toda a Pátria*". Mesmo Curitiba se adiantava em nomear via pública com o nome do Sargento. Outro ponto levantado era a visita de um redator do diário carioca "O Globo", para acompanhar ida da mãe do militar falecido ao Rio de Janeiro, para receber cumprimentos de autoridades e a declaração de "*Mãe Brasileira*" do ano. "*Não seria justo, assim, que Ponta Grossa ficasse alheia a esse movimento verdadeiramente nacional e não prestasse também, como berço natal do heróico Sargento, o justo tributo póstumo que se faz merecedor*", arremata a redação. Como enunciações linguísticas das consciências históricas, ou mesmo como posicionamento dos veículos de comunicação, essas manchetes resultam do processo de atribuição de sentido em um determinado presente aos acontecimentos do passado, e como enunciações compõem o complexo do diálogo social.

³ O Álbum de Ponta Grossa 67-68 (gestão Plauto Miró Guimarães) traz em suas primeiras páginas uma fotografia aérea do conjunto 31 de Março e divulga que "*dos 142.000 habitantes da Princesa dos Campos 6.552 habitam nas casas populares financiadas pelo BNH e construídas pela COHAB-PG [regional da Cohapar] nos núcleos '31 de março' e 'Operários do der', são 1.031 casas das 3.000 em Ponta Grossa*". Esse bloco de informações termina destacando a "influência" de gerais na ampliação da atuação da companhia de habitação regional para cidades como Arapongas, Jaguariaíva, Sengés e Piraí do Sul: "*José Bretas Cupertino e Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, ilustres gerais, foram os primeiros a incentivar Plauto e Calasans neste projeto ímpar no interior e concretizado para o orgulho de princesinos*". Luiz Gonzaga da Cunha seria o nome de um conjunto de outras 100 habitações, em janeiro de 1969. O "núcleo Luiz Gonzaga" como é popularmente conhecido era cortado ao meio pela Rua "31 de Março" na Vila Estrela em Ponta Grossa, atualmente a rua possui outro nome, o motivo da alteração ainda está sendo apurado.



Em 31 de Março de 1967, a manchete do Diário dos Campos foi “*Nação comemora IIIº aniversário da revolução*”. Capa apresentou convite da Câmara para o público prestigiar homenagem ao presidente da companhia de habitação local, Anizio Calasans, e “*PG recebe hoje casas da COHAB*” anunciando a solenidade de entrega das 1000 casas do núcleo 31 de Março. Valorizou-se a presença de “*altas autoridades do Estado, civis, militares e eclesiásticas*” entre elas a do governador Paulo Pimentel. A cerimônia de lançamento do núcleo se deu a partir da entrega das três casas a “*cidadãos pertencentes à gloriosa Força Expedicionária Brasileira*” (Diário dos Campos, 1967). Mostra da contínua procura do regime em se afirmar, traço comum em seus 21 anos.

A nomeação do logradouro público não é algo banal ou deslocado do contexto histórico e social. A escolha do nome “31 de Março” foi realizado em um contexto e localidade específicos, não foi uma simples enunciação. Esses motivos dão suporte à compreensão da nomeação dos logradouros como enunciado, e talvez, ainda que de maneira aberta e funcional, como um gênero de discurso.

Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado. As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2003 p. 325)

No núcleo “31 de Março”, inicialmente, todas as ruas receberam nomes de minerais, apenas uma recebia o nome de gente. A Rua Sargento Argemiro Camargo, antigamente a principal do núcleo, é paralela as Ruas Damburita e Fluorita, e é cortada pela Rua Turmalina. É evidente a intencionalidade e a articulação enquanto homenagem e auto-homenagem prévia de um regime ditatorial. Em uma época em que não se escolhia nem o presidente, quem dirá o nome das ruas. Entretanto o poder instituído pelas armas soube enunciar intencionalmente seus nomes em rodovias, pontes, ruas, núcleos habitacionais, prédios públicos, praças, estádios e demais possibilidades de lugares públicos e de circulação social.

MOVIMENTO “31 PELO 15” – 43 ANOS DEPOIS DA INAUGURAÇÃO DA “31”



O “31 pelo 15” surgiu com a proposta de mudar o nome do núcleo habitacional de 31 de Março, data que homenageia o golpe militar, que deu início à ditadura, por 15 de março, data que passaria a homenagear a volta da Democracia, momento decisivo da Redemocratização brasileira. O ano de 2010 marcou seu aniversário de 25 anos.

Os organizadores desde o início apresentaram-se como quaisquer outras que se espantariam em chegar numa localidade e ver um ônibus de linha com o nome “31 de Março” fato diário em Ponta Grossa. O ato político se deu na *esfera legislativa*⁴(corpo a corpo com vereadores, enquete, faixa) e na *esfera midiática* (artigos, entrevistas, matérias). O primeiro passo se deu na rede social Twitter pela conta @31pelo15. A primeira inserção ainda apontou para um início próprio para sacudir desatentos, a modulação do tom se daria com o avanço dos diálogos: “Essa é edição virtual de um movimento espontâneo em favor da troca do nome do núcleo ‘31 de março’ por ‘15 de março’”. No campo midiático, o “31 pelo 15” fez render pelo menos oito artigos apenas em 2010, um número considerável se levado em conta o pequeno número de réplicas nos espaços opinativos dos diários regionais. Quanto à repercussão do movimento, ela se fez notar nos impressos (coluna política de diário, reportagem de semanário), em duas matérias da TV (uma em canal aberto), em meio digital (matéria em projeto universitário de jornalismo comunitário) e em programas de rádio.

A proposta na presente releitura desse artigo é a compreensão dos textos opinativos como enunciados que expressam a responsividade em relação ao primeiro enunciado “31 de Março”. O que também coaduna com a questão da dialogicidade na atribuição de sentidos e significados relacionados à experiência coletiva do 31 de Março de 1964.

⁴Aos vereadores se entregou nos gabinetes dos vereadores uma enquete (dia 26), com pedido de respostas até a véspera da data-homenagem. A pergunta era “você é favorável à mudança do nome do núcleo habitacional ‘31 de Março’?” e as alternativas eram a) “() Sim. Homenagens à ditadura devem acabar”; b) “() Não. Deve permanecer essa homenagem ao golpe militar de 1964”. A rejeição desse debate, seja pelos problemas operacionais que causaria a mudança de nomes para os correios e registros de imóveis, ou relativizações marcaram o dia de visitas. O único político encontrado em gabinete, atencioso, comentou ao estilo “ditabranda”: “Ditadura? Esse termo é relativo. E a ditadura da Dilma Rousseff?”. Alessandro Lozza de Moraes (PSDB) se preparava para assumir a presidência da casa de leis, período em que corriam as campanhas presidenciais de 2010. Fica claro que a campanha informativa é mais urgente que a adesão do Legislativo para qualquer passo em direção a uma “reparação simbólica”.



No dia 31 de Março de 2010, o movimento ocupou os espaços destinados aos leitores dos jornais diários da cidade com textos que explicavam o “31 pelo 15”⁵. No 31 de Março a imprensa local fez circular os artigos “*Por que trocar o 31 pelo 15*”, de Ben-Hur Demeneck, no Diário dos Campos, e “*Quem a gente quer ser*”, de Thiago Divardim, material publicado simultaneamente no Diário dos Campos e no Jornal da Manhã). Ou seja, todo o espaço opinativo dos diários foi ocupado.

Na perspectiva da filosofia da linguagem, cada enunciado é um elo na cadeia de comunicação verbal (BAKHTIN, 2003 p. 308). O enunciado, sua composição temática e estilo, estão relacionados com o meio social em que se concretiza. Nesse sentido, pode-se dizer que os enunciados realizados por Divardim e Demeneck nos diários da cidade de Ponta Grossa no dia 31 de Março de 2010, funcionaram como um elo nessa cadeia da comunicação que se iniciou a partir de então. A intervenção midiática foi ampliada porque no mesmo dia, a afiliada local de rede Globo dedicou matéria de 2min40s para o tema. Pela internet seria possível rever o conteúdo, identificado pelo título “*Núcleo 31 de Março lembra a ditadura*” e a linha de apoio “querem mudar o nome depois de 43 anos”. Parte dos reflexos e refrações subsequentes se deveu ao estímulo involuntário do produto editorial em contrapor movimento e comunidade, pois a pergunta central da matéria foi “*você é favorável à mudança do nome do Núcleo?*”. A variedade de respostas e a surpresa diante das perguntas sugeriam que os moradores estavam diante de um novo enunciado.

No dia 5 de Abril, foi publicado o primeiro enunciado crítico ao movimento. Ele vem assinado com um pseudônimo, outra marca de que o tema parece mexer com medos cultivados há décadas. O “articulista Klaus Writer” foi o autor de “*A velha ‘31’*”⁶(Jornal da Manhã) e não

⁵Espaço aberto para divulgar as referências “ocultas” no 31 de Março. Os artigos ainda traziam informações afins, tais como na Espanha a retirada de locais públicos que homenageavam o general fascista Francisco Franco, que governou aquele país entre 1939 e 1975, e as discussões sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), assuntos atuais em março de 2010.

⁶Trechos selecionados do enunciado de “Writer”: a) deboche da iniciativa: “*não é a primeira vez que aparecem propostas com o objetivo de modificar aquilo que já se tornou natural para algumas pessoas*”; b) histórico de contestação da vila: “*é o berço do Partido dos Trabalhadores em Ponta Grossa*”; c) julga perspectiva histórica de integrante do movimento: “*ao historiador, não cabe fazer julgamentos sobre os fatos históricos e sim buscar entendê-los, ainda mais que existe muito do passado no nosso presente e é este passado, quando trazido à tona, que serve de orientação para as ações futuras*”.



disfarça seu incômodo de que se ponham em discussão um espaço da cidade carregado de histórias. Na edição de 11/12 Abr, no mesmo jornal, a edição do dia traz texto de membro do 31 pelo15. *“Por que o 31 de Março é assunto popular”*⁷ em que se esclarece que não se quer atropelar identidades, mas sim lutar contra a desinformação.

O trecho a seguir, escrito por Bakhtin, auxilia na compreensão desse desencadeamento de enunciados que surgiram de maneira responsiva à provocação realizada pelo movimento “31pelo15”:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima. (BAKHTIN, 1988 p. 86)

A atitude de enunciação do movimento “31pelo15” não surgiu por pura abstração ou deslocado da concretude do real. Como participante daquele movimento posso assegurar a intencionalidade da ação. O que pensávamos no momento como “provocar o debate público” pode ser entendido aqui como uma enunciação responsiva ao contexto de outros enunciados anteriores. As discussões em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos, os questionamentos em relação ao que é comumente chamado de entulho autoritário, entre outras possíveis enunciações que permeavam a sociedade naquele momento. Pautados por outros elos da corrente comunicacional, realizamos uma enunciação responsiva e responsável (31pelo15) em diálogo com o enunciado do logradouro público “31 de Março”.

Uma semana depois (dias 18-19 Abril) foi a vez de se manifestar um empresário e produtor rural, Douglas Taques Fonseca, que apresentou o enunciado *“Temos orgulho do 31 de*

⁷Passagens selecionadas do enunciado de Demeneck: a) Reparação simbólica: *“No país e no mundo se olha para o passado e se reconsideram os tributos levantados para celebrar o autoritarismo. O debate está diante de nós. E se há um inimigo nessa história, ele se chama falta de informação”*, b) Falsa oposição: *“evitemos intrigas. Os moradores da 31 de Março não apoiam a ditadura militar apenas porque residem num conjunto cuja menção faz referência àquele período”*. c) *“Acredita-se que uma sociedade que reconheça a tragédia das ditaduras, retire os símbolos erguidos em seu louvor”*.



*Março*⁸. Trata-se de uma defesa aberta à ditadura civil-militar e de seu legado, a ponto de considerar como "infâmia" discursos críticos a ela. Para ele, os brasileiros comemoraram com a bandeira na mão a revolução democrática e que os jovens de hoje estão desinformados em relação ao saudoso governo militar. Sem demora, apareceu uma réplica, *"O 31 pelo 15 para chegar ao século XXI"*⁹ (Diário dos Campos, 20 de Abril). Trabalho de autoria do historiador e professor do Departamento de História e das pós-graduações de História e de Educação da UEPG, Luiz Fernando Cerri¹⁰, qualifica o "banho oficial de sangue" como a principal marca do 31 de Março. Em suas análises, posicionou o golpe civil-militar como pensamento típico do século XX com os discursos violentos da década de 1960-70, enquanto que a proposta do movimento é investida de atualização ao questionar uma homenagem feita previamente nos períodos do regime de exceção.

O enunciado de Cerri evidencia as afirmações anteriores sobre os elos da corrente comunicacional, e demonstra outros elementos da relação com o contexto em que os locutores se inserem. Observe:

O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do "já-dito", o discurso é orientado ao mesmo

⁸Passagens selecionadas do artigo de Fonseca: a) "[fatos ligados ao comunismo] levaram o povo a exigir o '31 de Março' dos militares brasileiros. Foi uma grande festa, o povo saiu às ruas, levando a bandeira do Brasil, cantando e dançando comemorando a vitória da Liberdade e da democracia". b) "Cidadãos defensores da liberdade e da democracia, nós devemos dar um basta à infâmia e à mentira, não podemos nos calar diante desta calúnia (contra o 31 de Março)" c) "...pois os jovens de hoje não conhecem a realidade de ontem, e é nosso dever contar-lhes a verdade". d) "É uma honra termos um ônibus na cidade que ostente o glorioso 31 de março de 1964".

⁹Passagens selecionadas do artigo de Cerri: a) Observação sobre provincianismo: "Muitos dizem que em Ponta Grossa vigora uma mentalidade atrasada. Por formação e por dever de ofício, não aceito que existam sociedades ou pensamentos 'adiantados' ou 'atrasados', pois isso significaria que há um tempo comum em que todos tem que se encaixar, e isso não se sustenta. Mas confesso que às vezes duvido dessa convicção". b) Nomenclaturas de logradouros: "As coisas e pessoas homenageadas nos logradouros públicos são amostras da cultura política coletiva". c) A violência como marca do regime de exceção: "esse banho oficial de sangue é a principal marca do 31 de Março, e não parou mesmo quando derrotaram a luta armada, entrando pelos anos 70 e matando opositores que eram contra pegar em armas, e gente que apenas era contra o regime, incluindo idosos, adolescentes, grávidas".

¹⁰A 20 de Maio, o autor organizou e mediu o colóquio "O que resta da Ditadura? - o 31 de Março e a revisão da Lei da Anistia" através do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Houve três convidados, dois integrantes do 31pelo15, os autores desta seção, e a professora Dra. Maria Lúcia Becker, então coordenadora do Portal Comunitário (projeto web de jornalismo comunitário). A plateia lotou o auditório e o número de perguntas, novamente, evidenciou a ânsia de comentário sobre o período.



tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, porém que foi solicitado ao surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo. (BAKHTIN, 1988 p. 89)

O artigo de Klaus Writer, pseudônimo que enunciava recorrentemente nos diários da cidade de Ponta Grossa, havia realizado uma enunciação que dialogava com o texto de Divardim. Para Writer, não caberia ao historiador realizar julgamentos sobre o passado. A atitude responsiva do elo da corrente comunicacional veio então de um formador de historiadores, o professor Cerri, que assinava sua enunciação colocando quem ele é e de onde enunciava. Cerri foi meu professor na graduação em História e já dialogava com a turma de licenciandos da qual fiz parte, sobre os entulhos autoritários que compunham o cenário cultural de Ponta Grossa. Havia sido professor também do próximo locutor que enunciou nos jornais da cidade.

Em 23 de Abril, circulou pelo Jornal da Manhã o texto *"Vila 31 de Março, de Redenção a '31'"*¹¹, de Claudio Ferreira Clarindo, identificado como professor de história. Relato marcado por um ar nostálgico e que dá a entender que as restrições do articulista ao movimento se motivam mais pelo apego identitário que por ideologias políticas. Ao falar das personalidades do bairro, ele transparece as marcas do período autoritário como a figura do "Major" e de seu Déco, que agia tal qual fosse delegado. Os elementos citados por Clarindo demonstram o processo de tornar presente o passado mediante o processo de narrar. No entanto, o todo de seu enunciado, faz referência indireta a ideia, que corria na época e em muito fomentada pelas angulações das perguntas da mídia televisiva, sobre a não legitimidade de pessoas que não eram moradoras do núcleo e se aventuravam na proposta de mudança do nome.

Segundo ele, o financiamento da habitação era longo, cerca trezentos meses de pagamento - "teve gente que morreu e não teve a alegria de ver a casa quitada". Clarindo apresentou uma enunciação que não chegava a tomar posição em relação ao debate que se

¹¹Passagens selecionadas do artigo de Clarindo: a) o "Major": "tinha (na comunidade) um escritório de cobrança ali mesmo logo no começo da vila, onde atualmente funciona uma farmácia. Este escritório era administrado por um cidadão conhecido por 'Major'". b) O apelido "Redenção": "a diversão preferida da maioria das mulheres da vila era ouvir uma radionovela chamada de Redenção". c) o personagem Seu Deco: "Depois do Major, o segundo personagem mais importante da '31' foi o Seu Déco, um homem gordo e de cor escura que ocupava uma função semelhante a de um delegado de polícia, com ele tinha dois soldados da Polícia Militar". d) A personagem Dona Maria: "(ela) também era muito conhecida na vila. Na casa dela em época de eleições sempre apareciam políticos ligados ao partido da Velha Ordem para suas costumeiras reuniões com alguns moradores da vila".



colocava. Seu enunciado cabe como mais uma evidência do complexo dialógico que compõe a corrente comunicacional, somado ao fato de que Clarindo morava no núcleo habitacional em questão. Além disso, assinava o texto como professor de História, ele também fora aluno de Cerri, como se esses elementos não bastassem para remeter aos ‘fios dialógicos’, Clarindo e eu, fomos colegas de orientação no trabalho de conclusão do curso de História, ambos sob orientação do professor Cerri.

Em 15 de Maio, foi publicada outra defesa do regime militar no Diário dos Campos - “‘Demônio-cracia’ ou ditadura”¹², de Oswaldo Spósito. À medida que o autor relativiza o pós-1964, conclui que, na atualidade, “*quem governa o país não são os democratas, pois só podemos chamá-los de ‘demônio-cratas’*”. De acordo com Bakhtin, a dialogicidade entre os enunciados no meio social se expressa: “ neste jogo complexo de claro-escuro que penetra o discurso, impregnando-se dele, limitando suas próprias facetas semânticas e estilísticas” (BAKHTIN, 1988 p. 86). Nem todas as enunciações estavam conectadas por elos mais diretos de relações sociais, mas as possíveis de detectar revelam todo o complexo de relações e inter-relações sociais que se concretizam em enunciações. Os temas, suas composições, o estilo, o comportamento responsivo e outros aspectos permeiam e são permeados nessa dialogicidade da concretude da vida.

CONSIDERAÇÕES NA PERSPECTIVA DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM, DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA E DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Os enunciados são dotados de sentido e significado no tempo. Quem ouve, para Bakhtin, assume uma atitude responsiva, concorda ou não, total ou parcialmente. E as formas de respostas podem assumir muitas formas possíveis. “*Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de enunciados*” (2003, p. 290 – 291). As diversas formas de atribuir sentido e significado por meio dos enunciados publicados nos periódicos de Ponta Grossa evidenciam a multiplicidade de atribuições de sentido e significado a um mesmo enunciado gerador, que nesse caso foi o enunciado “31 de Março”.

¹²Passagens selecionadas do artigo de Spósito: a) Relativização da ditadura: “*Discordo de muitos que a ex-ditadura tenha sido um grande mal para a nação. É verdade que tivemos acontecimentos nada agradáveis na ‘ditadura’, suspense, inclusive mortes e determinadas censuras*”. b) As forças derrotadas: “*Jovens foram tremendamente imprudentes, pois no confronto com as forças fatalmente seriam derrotados*”.



A questão, a saber, sobre o que cabe na língua, é justamente a complexidade dos enunciados (Bakhtin, 2003 p. 283). Dessa forma, pode-se compreender que em um enunciado cabem inúmeras possibilidades responsivas. Na filosofia da História existe uma preocupação ética sobre a relação com os conhecimentos históricos. Pensando especificamente no caso da escolha de nomes de logradouros, não seria eticamente coerente escolher o nome de um torturador para uma homenagem pública. Lembrar o nome de um torturador em uma comissão que recupera informações sobre períodos em que se cometeram crimes contra a humanidade é, por outro lado, muito coerente. Um depoimento de um sujeito que sofreu torturas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil é um enunciado importante para a História do país.

Em sua filosofia da História, RÜSEN (1987, 2007, 2009 e 2014) busca construir conceitos importantes para o pensamento histórico e sua importância individual e coletiva. Destaco os conceitos subjetividade, intersubjetividade, práxis e totalidade, pois levam em consideração o agir e sofrer humanos no tempo em condições históricas concretas. Com totalidade, o autor quer dizer que é possível encontrar uma rede de universais históricos; a história nas diferentes histórias. Conceitos como mudança, processo e desenvolvimento, abrangem metaforicamente o que é cognoscível e corresponde a possibilidade da totalidade¹³.

Entre as homenagens e auto-homenagens efetivadas no período 1964-85, saltam aos nossos olhos logradouros em homenagem tanto a presidentes militares, quanto nomes das casernas dos interiores do Brasil como General Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, que além de influenciar na construção e ampliação do núcleo “31 de março” também teve o próprio nome utilizado em outro núcleo habitacional na cidade de Ponta Grossa. Época de recorrentes homenagens em logradouros públicos a figuras internacionais como “Presidente Kennedy” (ver nota 5). Pelos logradouros públicos do período e pelas ações dos agentes envolvidos é possível perceber as correlações entre o micro e o macro, em uma lógica visível entre ditadura e guerra fria.

¹³ A ideia de totalidade não deve ser entendida ou igualada como um todo absoluto (à exemplo de Hegel), da qual se extraia uma lógica absolutizante. Trata-se, nesse caso, de uma concepção construída filosoficamente. “Nessa visão as diferentes visões sincrônicas (economia, sociedade, política e cultura) e diacrônicas (história dos eventos, história das estruturas) da experiência histórica aparecem integradas em uma totalidade provida de sentido” (RÜSEN, 1987 p. 29).



Para países interrompidos por ditaduras, como o Brasil, a composição temática de enunciados que defenderam o regime autoritário, pode sintetizar o câmbio das possibilidades de exercício da liberdade de expressão em democracias em consolidação. Se há um debate nacional a ser feito sobre o regime civil-militar, ainda se considera pouco a força da influência das cidades interioranas na manutenção da antiga ordem. E um dos indicadores de seu peso no cômputo geral está na ausência de receio de indivíduos irem às páginas dos jornais ou mesmo das redes sociais para assinar e realizar enunciações em defesa ao regime de exceção, período em que eles mesmos não teriam a liberdade de expressão utilizada na enunciação em tempos atuais e de construção da democracia.

A didática da história possui um papel necessário na conexão entre o saber e a práxis social, e sempre que for possível detectar carências nos quadros orientadores de cunho cultural da práxis social caberá também aos historiadores realizar intervenções com preocupações didáticas para a formação de sentido de maneira especificamente motivada (RÜSEN, 2012). No ano em que um professor precisou dar uma aula de história para não ser linchado ao ser confundido com um assaltante (como se fosse permitido linchar seres humanos que assaltam, mas não os que dão aula), e que tantas outras pessoas foram violentadas, e ainda, que outras foram assassinadas pelas polícias militares que recorrentemente agem como se tivessem um poder ditatorial, é urgente que a História (em seus diferentes níveis e aspectos de relação com as pessoas) possa assegurar, **no mínimo**, os valores da democracia e dos direitos humanos. De acordo com Rüsen, “motivar significa enviar o tempo interpretado para o endereço da vontade humana” (2014, p. 185), uma forma possível dessa motivação pode-se dar na rediscussão dos entulhos autoritários que nos cercam, nas possibilidades da história para além do texto, e na preocupação específica da intervenção dos professores não em relação apenas aos acervos do passado, mas em uma relação da história viva e dirigida as demandas culturais e das consciências do presente.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M (VOLOSHINOV). Marxismo e filosofia da linguagem. 7a. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.



BAKHTIN, Mikail. Estética da criação verbal / Mikail Bakhtin: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzevetan Todorov. – 4ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikail. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal / Mikail Bakhtin: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra ; prefácio à edição francesa Tzevetan Todorov. – 4ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RÜSEN, Jörn. Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração. Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, São Paulo, n. 3, p. 97-104, 1987

RÜSEN, Jörn. Razão histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. "¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia". Culturahistórica. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). Historische Faszination. Geschichtskultur heute. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, p. 3-26].

RÜSEN, Jörn. APRENDIZAGEM HISTÓRICA: FUNDAMENTOS E PARADIGMAS. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.